

**Aprovada na reunião plenária de 14.07.2020**  
(Aprovada por unanimidade pelos membros presentes)

#### Ata nº 14

Ao quarto dia do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte, pelas onze horas, nas instalações do Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, IP, (INSA), sito na Avenida Padre Cruz, em Lisboa, reuniu o Conselho Nacional de Saúde (CNS), criado pelo Decreto-Lei n.º 49/2016, de 23 de agosto, de acordo com o previsto na Base VII da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, alterada pela Lei n.º 27/2002, de 8 de novembro, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Aprovação da ata da reunião de 10.12.2019
3. Balanço das atividades realizadas
4. Programa de trabalho para o ano 2020

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes elementos:

Henrique Barros - Presidente do CNS

Isabel Loureiro - Vice-Presidente do CNS

Maria da Piedade Líbano Monteiro - Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger - APSA

João Filipe Raposo - Associação Protectora dos Diabéticos de Portugal - APDP (representação de José Manuel Boavida))

Joaquina Castelão - Federação Portuguesa das Associações das Famílias de Pessoas com Experiência de Doença Mental - Familiarmente

Laetitia - Grupo de Activistas em Tratamentos - GAT (representação Sofia Crisóstomo)

Vítor Rodrigues - Liga Portuguesa Contra o Cancro

Casimiro Menezes - MUSP - Movimento de Utentes de Serviços Públicos

Bárbara Marques - Ordem dos Biólogos (representação de Miguel Viveiros Bettencourt)

Paulo Melo - Ordem dos Médicos Dentistas (representação de Orlando Monteiro da Silva)

Telmo Mourinho Baptista - Ordem dos Psicólogos

Jorge Veloso - Associação Nacional de Freguesias

Pedro Pita Barros - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Alexandre Castro Caldas - Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas

Jorge Conde - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Luís Carvalho - Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos

Eduardo Azevedo - Região Autónoma dos Açores

Mário Rodrigues - Região Autónoma da Madeira

Dina Carvalho - Comissão Permanente de Concertação Social

Óscar Gaspar - Comissão Permanente de Concertação Social (representação de CIP e em substituição de João Almeida Lopes)

Sílvia Rodrigues - Comissão Permanente de Concertação Social (representação de Paulo Duarte)

Estiveram ainda presentes os peritos Isa Alves, José Carlos Gomes e Teresa Leão.

O Presidente do CNS deu início à sessão agradecendo a presença dos Conselheiros e desejando um Bom Ano 2020.

De seguida, prestou algumas informações:

Dado o interesse manifestado por todos os conselheiros na última reunião, dirigira convite à Sra. Ministra da Saúde para estar presente nesta reunião para dizer o que esperava do CNS, mas que por motivos de agenda não tinha sido possível.

Apresentou os três peritos que se juntaram à Equipa do CNS:

Teresa Leão - Médica de Saúde Pública

José Carlos Gomes - Professor Coordenador do Politécnico de Leiria

Guilherme Duarte - Médico de Saúde Pública

Deu ainda as boas vindas ao Presidente das Freguesias, Jorge Veloso, que passara a ser o representante da ANAFRE no CNS.

Deu parte de que a Dra. Graça Freitas da DGS, convidara o CNS para fazer parte de uma Comissão de Acompanhamento do Plano Nacional de Saúde 2020-2030 (PNS), que ainda não respondera, porque queria ouvir a opinião dos conselheiros, mas que pessoalmente tinha algumas dúvidas, dada a natureza de funções do CNS.

Alguns Conselheiros, partilhando da mesma opinião, fizeram alguns comentários.

Pedro Pita Barros referiu que qualquer apreciação que fizesse em relação ao PNS, não seria numa comissão de acompanhamento; Vítor Rodrigues disse não fazer sentido e que fazia parte dessa comissão de acompanhamento pela LPCC; Óscar Gaspar acrescentou que essa comissão tinha reunido no INSA há um mês, que estavam muitas pessoas, considerando a sua utilidade diminuta; Dina Carvalho acrescentou que poderia ser uma vantagem o CNS manter uma isenção para fazer uma análise crítica; Isabel Loureiro entendeu que o CNS desempenharia melhor o seu papel sem integrar essa Comissão e que se o Conselho fosse solicitado para emitir algum parecer, a situação seria completamente diferente; João Raposo achou ainda que parte do núcleo executivo do PNS, poderia ser ouvida no CNS.

O Presidente concluiu assim que a posição do CNS era então unânime.

Depois foi aprovada a ata da reunião de 10 de dezembro, por unanimidade pelos conselheiros presentes nessa reunião.

Latetia perguntou ainda se a DGS era a mandatária para execução do PNS, a que Henrique Barros respondeu que o CNS, a pedido da Sra. Ministra da Saúde, tinha feito os Termos de Referência para o PNS, que teria havido um pedido à DGS para se pronunciar, mas que até à data não tinha tido qualquer notícia sobre esta matéria, que iria perguntar à Sra. Ministra da Saúde e que, entretanto, fora decidido não tornar público esse documento, mas não havendo resposta, deveria ser publicado.

Seguidamente pediu a Isa Alves para fazer o ponto de situação do DMS2020, que disse que se estava a avançar com o projeto e com a sua organização, informando que: As Escolas já tinham sido informadas que o CNS gostaria de promover debates, os quais se iriam basear nas respostas obtidas às três questões dirigidas aos jovens, delineadas pelo Grupo de Trabalho DMS2020:

- O que posso fazer pela minha saúde e bem-estar?
- O que podem os políticos/o Estado/a comunidade fazer pela nossa saúde e bem-estar?
- Quais são as minhas preocupações e prioridades para a saúde e bem-estar, nos próximos 10 anos?

O CNS ir-se-ia harmonizar com a DGS para a colaboração das equipas de Saúde Escolar no planeamento e organização dos debates, que seria uma ajuda se alguns membros do Conselho, que se voluntariassem, pudessem participar e que a Direção-Geral da Educação iria promover a articulação e comunicação com todos os agrupamentos de escolas.

Explicou ainda que no site do CNS iriam estar disponíveis os folhetos informativos (flashcards), para as Escolas utilizarem, cujas mensagens possibilitassem caracterizar o estado atual de saúde física e mental dos jovens em Portugal e promovessem a literacia em Saúde, para servir de suporte e apoio para os temas a debater, referiu também que seria disponibilizado um formulário online, aberto a toda a comunidade de crianças e jovens, para prestarem os seus contributos individuais.

João Raposo considerou que seria vantajoso que as Escolas tivessem um guião da atividade para fazer um enquadramento das atividades.

Piedade L. Monteiro observou que a parceria entre a Saúde e a Educação deveria depois ser avaliada através de um inquérito.

Sílvia Rodrigues referiu que iria mandar até ao dia 6 do corrente mês os comentários e análise solicitada, sugerindo fazerem uma pré-análise do guião a ser elaborado, para uma uniformização de ações.

Isabel Loureiro lembrou que se tratavam de materiais de suporte, que não eram as questões centrais e que poderiam pensar na construção de uma Agenda da Saúde da Juventude 2020-2030, talvez para maio.

Joaquina Castelão questionou se o âmbito do tema era Saúde ou Saúde e Bem-Estar.

Henrique Barros observou que a cidadania em Saúde era muito interessante, mas nesta altura extravasava o objetivo, que era dar voz de uma geração.

Como último ponto de informação, referiu a necessidade de integrar as novas ordens profissionais: Fisioterapeutas e Assistentes Sociais e ainda a Ordem dos Veterinários, que estranhava que tivesse sido inicialmente esquecida, reconhecendo que implicava uma alteração da lei que aprovara o Regime Jurídico do Conselho Nacional de Saúde, mencionou ainda que teria muito interesse alargar a representação do CNS a outros dois grupos demográficos: os mais novos e os mais velhos.

Paulo Melo, por sua vez, referiu o Dia Mundial da Saúde Oral, informando que a OMD promovia a iniciativa na Madeira, pedido que o CNS promovesse a sua divulgação.

Joaquina Castelão referiu que fora constituída a Comissão de Regime Jurídico do Interno Compulsivo, que a FamiliarMente estava representada, que o Dr. Fernando Vieira era o Presidente e que a primeira reunião era a 14 de fevereiro.

Passando a um outro ponto, o Presidente foi de opinião de que no Balanço das atividades realizadas, o mais relevante tinha sido o Relatório sobre Saúde Mental e que gostaria que neste ano fossem mais ambiciosos.

Questionou se alguém queria introduzir alguma alteração para se proceder à edição final do documento.

Agradecendo o trabalho desenvolvido, congratulou-se com o contributo dos Conselheiros, comentando que o Relatório tinha sido muito bem acolhido.

Joaquina Castelão, em representação da FamiliarMente, agradeceu a inclusão do tema nesta iniciativa do Conselho, relevou a importância da divulgação e promoção da Saúde Mental, acreditando que teria alterado, de alguma forma, as forças políticas, obrigando a um olhar mais premente sobre a Saúde Mental, questionou se teria reflexo no Orçamento do Estado e que se o tivesse, temia contudo que o fosse de uma forma muito incipiente e correndo o risco de que as medidas aprovadas não chegassem a ser executadas. Sugeriu que o CNS poderia fazer esse alerta, insistindo que a Saúde Mental tinha que ser encarada de outra maneira, chamando a atenção para a falta de meios para prevenção e promoção da Saúde Mental.

Telmo M. Baptista incidiu a sua intervenção na necessidade de avaliar o efeito do relatório nas redes sociais e outras a que se possa ter acesso, no impacto no Ministério da Saúde e no acompanhamento das prioridades estabelecidas, sendo de opinião de que o CNS deveria, de alguma forma, ter um mecanismo de acompanhamento dos Relatórios que produzisse e avaliasse o seu impacto, acreditando que era importante ter uma ideia de como eram recebidos.

Henrique Barros, a propósito, informou que Isa Alves tinha o clipping de notícias, que seria posto a circular. Referiu que o Relatório captara atenção na Assembleia da República e que, fora desse espaço, fizera eco da sua importância. Lembrou mais uma vez a relevância desta área.

Concordou com a política de acompanhamento dos documentos produzidos pelo CNS e observou que era preciso ter capacidade de resposta que envolvesse entidades académicas, profissionais nacionais ou internacionais, sendo que a nível nacional era sempre mais complicado preservar a isenção de análise.

O Conselho manifestou o desejo expresso de que houvesse um processo de acompanhamento das sugestões ou recomendações contidas nos seus relatórios.

Isabel Loureiro acrescentou que poderiam pronunciar-se em plenário e incluir na programação do próximo ano, para que houvesse ação em torno do que fora trabalhado.

Telmo M Baptista acrescentou que deveriam estabelecer prazos de resposta após a emissão de cada relatório para perceber a sua pertinência e oportunidade.

Joaquina Castelão entendeu de que deveria haver uma resposta formal da Sra. Ministra da Saúde; não sabendo se era uma prática corrente, alvitrou que o CNS poderia propor que o fosse.

Henrique Barros, concordando com o exposto, fez a ressalva de que o Ministério da Saúde teria que fornecer os meios para fazer essa avaliação.

Latetia observou que, para a avaliação do impacto na implementação das decisões, era muito importante conhecer a calendarização das diferentes políticas e a sua operacionalização.

Foram tecidas algumas considerações relativas à definição de uma linha temporal de resposta, tendo em conta as diversas dimensões dos problemas abordados e as diferentes medidas recomendadas.

João Raposo sugeriu ainda que anualmente o CNS fizesse um balanço das recomendações que tinha feito, que o próprio Conselho fizesse o seu acompanhamento, considerando fazer parte da sua missão.

O Presidente passando a outro ponto, mencionou que, na sequência do Seminário do CNS, sobre Participação em Saúde, Gabriele Pastorino, da OMS-Europa, convidara o CNS a figurar como um "estudo de caso" numa publicação que estava a ser preparada pela OMS sobre a Participação da Sociedade Civil, no âmbito da Cobertura Universal de Saúde "WHO Handbook on Social Participation for Universal Health Coverage", a fim de guiar os estados membros da OMS na promoção da participação da sociedade civil na elaboração de políticas de saúde e processos de decisão, através da divulgação de exemplos e boas práticas oriundos de todas as partes do mundo. Na Europa, tinham escolhido dois casos: em França (Etats Généraux de la Bioéthique) e em Portugal, com o CNS, pedindo a Isa Alves, como ponto focal desse projeto, que fizesse um ponto da situação.

Isa Alves informou que tinham sido conduzidas entrevistas a parceiros, dentro e fora do Conselho Nacional de Saúde, para explorar essa temática e analisar os processos de participação das organizações da sociedade civil nos trabalhos do CNS. Informou ainda que o relatório do caso português "The Portuguese Health Council Case Study" como parte integrante do "WHO Handbook on Social Participation for Universal Health Coverage" não tinha podido ser distribuído, por aguardar ainda aprovação.

Henrique Barros considerou que, no âmbito do trabalho desenvolvido, o CNS enquanto um mecanismo facilitador, detinha algumas informações que permitiam repensar e reformular as suas funções.

Relativamente ao Programa de Trabalho do CNS para 2020, o Presidente deu a conhecer que à partida teriam dois temas para abordar que, de certa forma, teriam sido sugeridos pela Sra. Ministra da Saúde:

Os Recursos Humanos da Saúde, seguramente relevante para este ano, cujo interesse seria abordar numa outra dimensão que não fosse só os profissionais em número, mas principalmente a sua interação com as entidades.

Por outro lado, a Participação Pública em Saúde, em que o CNS poderia dinamizar e promover uma carta de intenções, indo mais longe do que a questão da doença propriamente dita, que depois tomaria a forma de um documento legal

Como um terceiro ponto e dentro do que era pedido ao CNS por força de lei, sugeria debruçarem-se no panorama da Saúde, quantitativa e qualitativamente, perceber a evolução de alguns parâmetros, o condicionalismo de alguns indicadores, cruzando-os com as políticas de Saúde.

Acrescentou ser fundamental saber a disponibilidades dos conselheiros para participarem nesses trabalhos, que seriam acompanhados e impulsionados por cada um dos peritos.

Vítor Rodrigues concordou e lembrou que se comemorava o Dia Mundial do Cancro (20 anos) e que em Bruxelas era definido o plano oncológico. Referiu que tinha sido lançado o Programa Europa contra o Cancro na década de oitenta e sugeria que eventualmente para além desses três tópicos, também se pudesse observar a avaliar esse documento.

Henrique Barros perguntou qual seria a ideia, se era para fazer algo semelhante ao que se fizera para a Saúde Mental ou olhar para a evolução ao longo do tempo; Vítor Rodrigues foi da opinião de que seria melhor uma visão crítica e um olhar para as políticas e sua implementação.

Óscar Gaspar ao concordar, observou ser uma matéria muito sensível. Sugeriu que primeiro o CNS emitisse uma nota de saudação, em relação ao dia em comemoração e talvez ter mais alguma iniciativa.

Deu a conhecer que o Pedro Pita Barros fora recentemente indigitado embaixador da Missão Cancro, uma das cinco áreas das definidas no âmbito do próximo Programa-Quadro de Investigação e Inovação, Horizonte Europa (2021-2027) e que teria mais informação dessa área, que poderia prestar.

Mencionou ainda que o Registo Oncológico Nacional estava muito atrasado, com várias deficiências e que diversas entidades têm alertado ser uma prioridade

Henrique Barros achou que seria essa a ideia, usar os dados num determinado contexto.

Pedro Pita Barros considerou que nas diversas iniciativas a desenvolver no âmbito da temática “Cancro”, haveria espaço para o CNS se manifestar. Acrescentou que um dos grandes desafios que se colocava, era estruturar bem a participação do cidadão e o envolvimento da sociedade, no caminho que a Missão queria percorrer e que, a esse respeito, gostaria de saber mais como, em Portugal, as pessoas viam a questão do cancro e que envolvimento existia, além das associações já envolvidas, umas há muito tempo, outras mais recentes.

Referiu ainda que até no final do mês a “Missão Cancro” apresentaria uma proposta à Comissão Europeia.

Henrique Barros considerou que o Cancro era um problema central e muito relevante e que seria naturalmente, em alguma altura, abordado pelo Conselho.

Luís Carvalho mencionou que era muito interessante investir nessa área, que muito pouca gente tinha um conhecimento global dessa problemática, que entendia ser fundamental; Alexandre Castro Caldas constatou que a questão dos Registos Oncológicos era uma questão social, que não fazia sentido.

Sílvia Rodrigues, reconhecendo a relevância dos temas propostos, achou importante saber se fariam sentido e se iriam contribuir para aos trabalhos a desenvolver pela Assembleia da República e pelo Ministério da Saúde.

Henrique Barros respondeu que os dois primeiros temas teriam sido como que encomendados e que o terceiro tema, seria uma decisão do Conselho.

João Raposo questionou se não seria de perguntar à Sra. Ministra da Saúde a sua relevância.

Pedro Pita Barros achou que seria muito interesse cruzar a parte da participação pública com a problemática do Cancro, considerando que o CNS, numa lógica de ouvir como as pessoas vêm a questão do cancro, poderia gerar contributos para definir e encontrar caminhos para essa missão europeia.

Laetitia comentou que efetivamente era uma questão extremamente complexa, com várias vertentes desde a contratualização, o financiamento, a interoperabilidade de sistemas e novas realidades.

Paulo Melo partilhou a visão do médico dentista, assinalando a relevância da prevenção, da deteção precoce nos cuidados de saúde primários e no encaminhamento para a especialidade. Frisou ainda que com certeza todas as Ordens Profissionais teriam algo a dizer relativamente aos Recursos Humanos da Saúde.

Vítor Rodrigues concluiu que existiam diferentes dimensões muito importantes, como o rastreio e o diagnóstico precoce, a prevenção, a medicação e outras tantas questões que extravasavam para outras zonas da sociedade, para outras patologias, para outros aspetos sócio-económicos, relevou a importância do “input” das associações de doentes, que remetia para um outro problema, o do acompanhamento de sobreviventes da doença, que tendia a agravar-se a médio prazo.

O Presidente, face ao exposto, propôs que o Relatório Anual de Saúde deste ano incidisse nas Políticas Públicas de Saúde na Doença Oncológica e que se formassem então três grupos de trabalho com o acompanhamento dos peritos, obtendo a concordância de todos.

Depois de uma troca de impressões, alguns conselheiros manifestaram-se e de acordo com a proposta do Presidente, delineou-se uma primeira composição dos grupos, sujeita a alteração ou confirmação dos conselheiros

<b>Políticas Saúde /Doença Oncológica</b>	<b>Participação Pública Social</b>	<b>Recursos Humanos Saúde</b>
<b>Conselheiros</b>		
Alexandre C. Caldas	Joaquina Castelão	Luís Conde
Vítor Rodrigues	Jorge Veloso	Piedade Monteiro L.
Pedro Pita Barros	Laetitia/ Sofia Crisóstomo	Dina Carvalho
Óscar Gaspar	José Manuel Boavida	
<b>Peritos</b>		
Teresa Leão	José Carlos Gomes	Guilherme Duarte

O Presidente encerrou a sessão plenária, mencionando que os peritos iriam elaborar e enviar um pequeno texto de suporte e como ponto de partida para o início dos trabalhos de grupo.

Nada mais havendo a tratar a reunião terminou pelas 13H20m.